

Lyra divulga os 50 nomes da Comissão Constituinte

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, anunciou ontem a lista de 50 nomes que comporão a comissão provisória de estudos constitucionais com vistas à Assembléia Nacional Constituinte. Dentro de 10 meses eles encaminharão ao presidente Sarney um estudo, ordenado em trabalhos jurídicos, que reflita as tendências dos diversos setores da sociedade brasileira sobre a nova Constituição.

Com o anúncio previsto para o início de julho, a divulgação da lista foi adiada por diversas vezes, sob alegação de que as sugestões para a sua composição chegavam aos montes tanto no Ministério da Justiça como no Palácio do Planalto, além da existência de uma lista, montada ainda pelo ex-presidente Tancredo Neves, com 33 nomes, da qual 21 membros foram incluídos na comissão atual.

— A escolha foi difícil — revelou Fernando Lyra, que passou grande parte da tarde de ontem enxugando uma lista de oitenta nomes, após encontro pela manhã com o presidente Sarney para a discussão dos detalhes finais sobre o assunto. Segundo Lyra os nomes foram "criteriosamente analisados, uma vez que a qualificação de todos era a mais alta possível".

Lyra afirmou que a comissão, que é a contribuição do Executivo para a Constituinte, terá a finalidade fundamental de ser o "grande fórum de debates da sociedade brasileira para a Assembléia Nacional Constituinte". A comissão,

com a Secretaria Executiva e sede oficial no edifício da Fundação Getúlio Vargas, em Brasília, terá também um escritório no Rio de Janeiro, onde trabalhará seu presidente o ex-ministro Afonso Arinos.

Durante os dez meses de duração dos trabalhos, seus componentes realizarão quatro reuniões plenárias, em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e uma no Nordeste, provavelmente Recife. Além dos membros que trabalharão em subgrupos permanentes, a comissão contará ainda com assessores e consultores específicos para problemas de negros e índios além de outras minorias fora da lista atual.

A instalação da comissão, prevista para hoje, de acordo com o decreto presidencial que determinou a sua criação, só deverá acontecer, na próxima semana, segundo Lyra, "em data a ser ainda estabelecida de acordo com a agenda do presidente Sarney".

O secretário executivo da Comissão, Mauro Santayana, ao comentar a escolha dos nomes, afirmou que a composição da comissão representa o espírito conciliatório do atual momento político brasileiro, qualificando os nomeados de "homens de visão com os quais a Nação deve contar para vencer esta etapa de transição".



Fernando Lyra "enxugou" uma lista de 80 nomes sugeridos

A lista dos integrantes

A lista divulgada ontem pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra, é a seguinte:

O constitucionalista Afonso Arinos de Melo Franco, o jurista Alberto Venâncio Filho, o empresário Antônio Ermirio de Moraes, o jornalista Barboza Lima Sobrinho, o cientista político Bolívar Lamoniér, o jurista Cândido Antônio Mendes de Almeida, o ex-deputado Célio Borjã, assessor do presidente Sarney, o economista Celso Furtado, o advogado Cláudio Lacombe, o constitucionalista Cláudio Pacheco, o ex-deputado Clóvis Ferro Costa, o professor e reitor da Universidade de Brasília, Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque, o advogado e ex-deputado Edgard de Godoy da Mata Machado, o ex-ministro da Educação Eduardo Matos Portella, o jurista Evaristo de Moraes Filho, o advogado ligado à Igreja, Fábio Konder Comparato, o jurista paranaense, Fajardo José Pereira Faria, o padre carioca Fernando Bastos D'Avila, a advogada especialista em Direitos da Mulher, Floriza Verucci, o

advogado especialista em Direito Tributário, Gilberto de Ulhoa Canto, o cientista político Helo Jaguaribe, o oftalmologista Hilton Ribeiro da Rocha, o ex-senador Josaphat Ramos Marinho, o empresário carioca, João Pedro Gouveia Vieira, o advogado e chefe de gabinete do Ministério da Justiça, Joaquim Arruda Falcão Neto, o jurista paulista, José Afonso da Silva, o consultor do Estado-Maior das Forças Armadas, José Alberto Assunção, o presidente da Contag, José Francisco da Silva, o advogado pernambucano, José Meira, o ex-deputado paulista, José Saulo Ramos, o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, o reverendo protestante, José Ferreira Cunha, o escritor Jorge Amado, o empresário paulista Luís Eulálio Vidigal, o constitucionalista pernambucano Luís Pinto Ferreira, o ex-senador carioca, Mário de Souza Martins, o jornalista Mauro Santayana, os juristas, Miguel Reale e Miguel Reale Júnior, e Miguel Seabra Fagundes, o professor da Escola Superior de Guerra, Ney

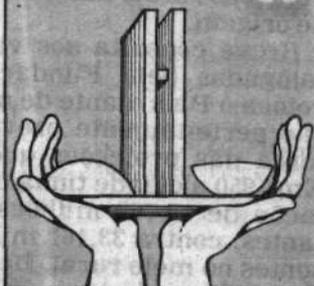
Prado, o empresário paraibano, Odilon Ribeiro Coutinho, o professor de direito mineiro, Orlando de Carvalho, o jurista cearense, Paulo Bonavides, o ex-senador Paulo Brossard de Souza Pinto, o advogado Rafael de Almeida Magalhães, o jurista mineiro, Raul Machado Horta, o jurista Rosah Rusomano, o empresário Sérgio Franklin Quintella e o diretor do DIEESE, Walter Barelli.

Da lista original de Tancredo Neves foram excluídos os seguintes nomes:

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do governo no Congresso Nacional, o sindicalista João Paulo Pires Vasconcelos, o general Otávio Costa, o ex-deputado Laerte Vieira, o jurista Dalmo Dallari, o ex-ministro Xavier D'Albuquerque, o advogado Arnaldo Malheiros, a vereadora do Partido dos Trabalhadores, Benedita da Silva, o secretário de Trabalho do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Alberto de Oliveira (Caó), Cazar Saldanha de Souza Junior, Milton Santos e Victor Nunes Leal (falecido).

CONSTITUINTE

88



Arinos não quer debater

O jurista Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais encarregada de elaborar uma proposta de Constituição, não pretende participar nem promover debates sobre o assunto. A confirmação veio ontem em Brasília quando ele se recusou a proferir uma palestra no Encontro Nacional dos Vereadores sobre o tema "A constituição e a Democracia, e o papel do vereador na mobilização pró-Constituinte".

A justificativa apresentada por Afonso Arinos para não aceitar o convite, segundo o presidente da União dos Vereadores do Brasil, é de que sua participação na Comissão de Estudos Constitucionais não recomenda a promoção de polêmica sobre o assunto. De acordo com o coordenador do encontro, o jurista temia ser pressionado pelos mais de 700 vereadores participantes do evento, que pretendiam sabatiná-lo após a palestra.

Para quem tanto tem pregado a participação popular no processo de elaboração da nova Constituição, a atitude de fuga ao debate com os vereadores, que são os mais legítimos representantes do povo, é no mínimo antipolítica e representa uma enorme falta de consideração. A reclamação é do vereador João de Deus, da cidade golana de Planaltina, frustrado diante da recusa de Afonso Arinos de participar dos debates sobre a Constituinte.

— Nós perdemos a oportunidade de nos orientarmos com a palestra do jurista Afonso Arinos, sobre as melhores formas de levar o povo a participar da Constituinte, que deve ser baseada nos anseios populares. Nós vereadores é que estamos o tempo todo no meio da rua, ouvindo as reclamações mais variadas, desde buracos no asfalto até discriminações de empregadas domésticas e devastação ecológica. Gostaríamos de aproveitar este contato com o povo e colaborar de alguma forma na elaboração da nova Constituição. Mas parece que nossa capacidade de colaboração foi subestimada — observou o vereador.